Jornal do Judiciário

Quinta-feira, 14 de maio de 2009 - Número 346 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

# Votação do recesso é adiada e cresce pressão para mantê-lo



**Melqui, diretor do Sintrajud e Fenajufe, articula no CNJ para evitar o fim do recesso, que estava na pauta do Senado do dia 12. Votação deve ocorrer em 30 dias** - **Página 3**

## ROMANCE

Servidor do TRT-2 lança "A mulher, o homem e o cão" no dia 20 de maio, às 19 horas, na Casas das Rosas, av. Paulista. Esse é o terceiro romance publicado pelo servidor - **Página 3**




## TEATRO

Peça de Brecht em cartaz no teatro X, rua Rui Barbosa, 399, Bela Vista, retrata os conflitos humanos na luta pela posse da terra - **Página 3**

## ORÇAMENTO

Estudo mostra que TRE teve cortes em relação ao ano passado, uma queda de R$ 23, 3 milhões comparado com 2008 - **Página 4**

## CRISE

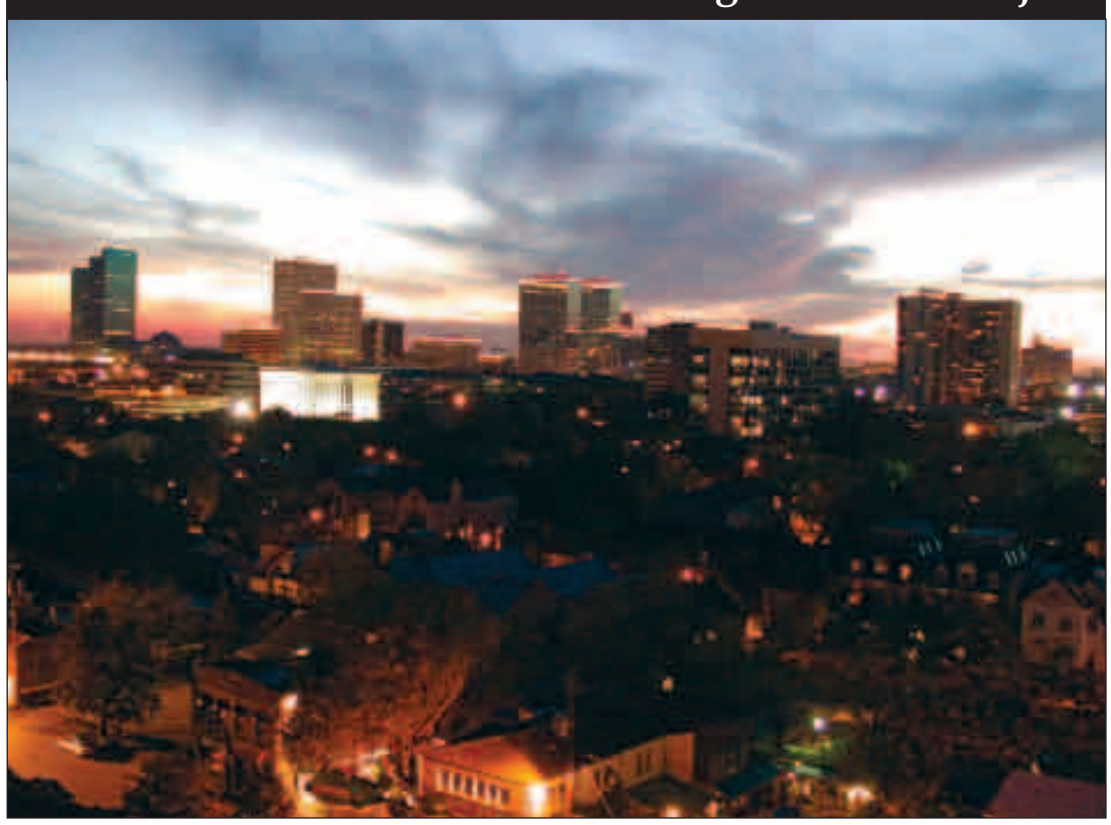
Abaixo-assinado da Conlutas vai exigir do governo proteção ao trabalhador, através de medidas que garantam o emprego - **Página 4**




Wladimir Souza

## Prepare-se Lugares

### Será o tema do 1º Concurso de Fotografia do Sintrajud



## Opinião do Sintrajud

# A PEC do calote e outros projetos

Tramita no Congresso Nacional uma série de projetos que atacam os trabalhadores. Alguns deles miram especialmente os servidores públicos, caso da lei complementar que regulamenta a demissão por insuficiência de desempenho.

Dentre estes projetos, um ganhou destaque nos últimos dias: a Proposta de Emenda Constitucional 12/2006, que estabelece novos critérios para o pagamento de precatórios por parte das fazendas federal, estadual e municipal. Batizada de "PEC do Calote", ela foi aprovada no Senado no dia 1º de abril (dia da mentira).

Permite a estados e municípios estenderem por longos anos o pagamento de suas dívidas judiciais. E estabelece leilões para pagar dívidas relativas a precatórios não honrados.

Estes leilões aconteceriam por meio de sistema eletrônico realizado por entidade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ou pelo Banco Central.

Ganham o leilão os credores que oferecerem o maior deságio. Em outras palavras, quem concordar em engolir o maior calote, que pode chegar a até 80% da dívida. A ordem cronológica das decisões judiciais é descartada.

O argumento de quem defende a PEC, de autoria do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), é de que ela abriria a possibilidade de estados e municípios quitar dívidas históricas.

### A PEC foi aprovada no dia da mentira, 1º de abril

O problema é que, como diz o ditado popular, de (supostas) boas intenções o inferno está cheio. É escandaloso tentar quitar precatórios emitidos há dez anos dando calote em até 80% do valor. "A proposta consagra o calote", disse o ex-presidente do STF Carlos Velloso.

De quebra, a PEC privatiza parte do processo de execução judicial.

A OAB vem convocando manifestações contra a proposta, cujo texto final saído do Senado foi dado pela senadora Kátia Abreu (DEM/TO).

A "PEC do Calote" merece nosso repúdio. Mas não apenas ela. Há pelo menos uma dezena de projetos de lei no Congresso que atacam os servidores – o congelamento salarial, a possibilidade de demissões, o cerceamento do direito de greve, a privatização através de fundações são apenas alguns deles – sem falar no fim do recesso.

A maioria foi proposto pelo governo Lula ou pelo então presidente Fernando Henrique. Praticamente todos têm o apoio do Planalto, que pode tentar acelerar a tramitação delas, num momento em que tentam jogar nas costas dos trabalhadores a conta da crise.

## Idéias

# Não à criminalização do aborto

Janaina Rodrigues

A cada ano, cerca de um milhão de mulheres, ricas e pobres, fazem aborto. Dessas, apenas as ricas estão livres de qualquer perigo para a saúde, porque fazem em clínicas caras e bem estruturadas. As mulheres pobres estão expostas a graves perigos nas clínicas clandestinas que não oferecem qualquer segurança à saúde da mulher.

A moralidade materna no Brasil é cinco vezes maior do que é considerado razoável pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para países em desenvolvimento e o aborto aparece como a terceira causa de morte de mulheres, ocorrendo, principalmente entre adolescentes de 15 a 19 anos.

Essa situação dramática só ocorre porque no Brasil o aborto é considerado crime e não um caso de saúde pública. Apenas em dois casos o aborto é considerado legal: se a vida da gestante estiver em perigo ou se a gravidez resultou de estupro. Sequer o aborto de fetos anencéfalos que vem sendo discutido pelo STF é, atualmente, permitido.

Mas, o aborto no Brasil é também um negócio bastante lucrativo, se for legalizado vai atingir as clínicas clandestinas que faturam milhões de reais e não precisam prestar contas a ninguém. Em diversos países, o aborto já foi legalizado, caso mais recente foi na Cidade do México e em Portugal.

Para piorar a situação da mulher brasileira, parlamentares da direita tradicional e do PT aprovaram a instalação de uma CPI contra o aborto, como mais uma forma de incriminar a mulher.

Esses parlamentares querem culpar e criminalizar as mulheres pobres que fizeram aborto. E para tanto, se apóiam na ideologia e moral mais atrasada da igreja, cujo exemplo mais recente foi a atitude do Arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho, que excomungou a família e a equipe médica que salvou a vida de uma menina de nove anos, grávida de gêmeos que havia sido estuprada por seu padrasto, alegando que o aborto era pior que o crime de estupro.

O direito à maternidade é um argumento muito utilizado pelos defensores da criminalização. Contudo, quem de fato nega o direito à maternidade às mulheres trabalhadoras hoje é o Estado, que não garante as mínimas condições necessárias para quem quer ter filhos, como emprego, salário igual para trabalho igual, moradia, creches e licença-maternidade de no mínimo seis meses.

***Janaina Rodrigues é professora e membro do Grupo de Trabalho de Mulhers da Conlutas***

**IDÉIAS** - textos para esta seção devem ser enviados por email para *imprensa@sintrajud.org.br,* contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.

## Frases

De Hoje:

*"Estou me lixando para a opinião pública. Até porque a opinião pública não acredita no que vocês escrevem. Nós nos reelegemos mesmo assim."*

**Sérgio Moraes**, deputado (PTB-RS), demonstrando como são eleitos os "nossos representantes". No caso dele, 59% dos recursos oficiais de sua campanha vieram de indústrias de cigarro. Não por acaso, ele atuou pela liberação de R$ 2 bilhões para o setor.

*"Não há estrutura instalada no mundo que dê conta de fabricar as duas vacinas simultaneamente em escala global."*

**Unaí Tupinambás**, médico infectologista e professor da Faculdade de Medicina da UFMG, sobre as vacinas contra a gripe sazonal e outra contra a Influenza A (H1N1). No caso de uma pandemia, dá para imaginar quem terá acesso às vacinas.

De Ontem:

*"Sinto sincero respeito por todos aqueles artistas que dedicam suas vidas à sua arte – é seu direito ou condição. Mas prefiro aqueles que dedicam sua arte à vida."*

**Augusto Boal, dramaturgo.**

## Charge




## AGENDA

### VAI ACONTECER

**19 de maio**
Eleições da nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal de Minas Gerais - Sintraemg

**20 de maio**
Reunião do Coletivo de Saúde do Sintrajud, os encontros acontecem quinzenalmente às quartas-feiras.

**23 de maio**
Reunião do GT de Plano de Carreira da Fenajufe

**29 e 30 de maio**
Reunião da coordenação nacional da Conlutas

**4 de junho**
5º Encontro Nacional de Comunicação da Fenajufe, em Manaus/AM

**5 a 7 de junho**
XV Plenária Nacional da Fenajufe, em Manaus/AM

### ACONTECEU

**11, 12 e 13 de maio**
Reunião do Grupo de Trabalho sobre Plano de Carreira do Judiciário, na Fenajufe, em Brasília

**12 de maio**
Início da nova turma de teatro do Sintrajud

**13 de maio**
Reunião do Coletivo de Formação do Sintrajud

## Recesso sob ataque

# Senado adia votação do recesso forense

*Em Brasília, o diretor Melqui avalia que o Senado não votará o tema pelos próximos 30 dias*



Melqui no CNJ com os presidentes da Ajufe e Anamatra

Os servidores ganharam um tempo a mais para articular forças e lutar pela manutenção do recesso forense. O PLC 06/2007 estava na pauta desta terça-feira, dia 12, do Senado, mas como existiam oito Medidas Provisórias trancando as decisões deliberativas da casa, ele não foi votado. No dia 13, o senador Antônio Carlos Magalhães Junior (DEM-BA) pediu a retirada do PL da pauta. O projeto só poderá voltar à pauta daqui a 30 dias.

De acordo com Antonio Melquíades, o Melqui, diretor do Sintrajud e da Fenajufe, o adiamento permitirá uma maior articulação com os parlamentares, representantes da OAB, do CNJ, do STF e das associações de magistrados. "Alguns senadores declararam apoio, mas para isso é preciso que as lideranças partidárias entrem em acordo", explicou Melqui.

A partir da pressão que os servidores e os sindicatos estão fazendo sobre os parlamentares, muitos já declararam apoio ao projeto original, que estendia o recesso forense às Justiças estaduais.

"Sou contra as alterações que desfiguraram o projeto inicial. Entendo que o recesso forense deve ser mantido com alteração do art. 175 do Código de Processo Civil para estender esse recesso forense de 20 de dezembro a 06 de janeiro a todo o Poder Judiciário", afirmou o Senador Álvaro Dias (PSDB-PR) em resposta às mensagens enviadas por servidores.

Em Brasília, o diretor Melqui continua fazendo as articulações com as diferentes entidades e pede que os colegas enviem mensagens aos Senadores para fortalecer a nossa luta. As mensagens podem ser enviadas através do site do Sintrajud (www.sintrajud.org.br).

## Funcionalismo federal

# Vitória dos Trabalhadores no Sinsprev

*Chapa 1, da Conlutas e Intersindical, vence e fortalece luta geral em defesa de direitos e salários*

Os trabalhadores da Saúde, do INSS e da Anvisa elegeram uma chapa de luta para estar à frente do Sinsprev, o sindicato da categoria, nos próximos três anos. A Chapa 1 – Avançar nas conquistas, nenhum direito a menos – , ligada à Conlutas e à Intersindical, venceu as eleições com 2.911 votos. Outras duas chapas concorreram à eleição: a chapa 2 (MTL e independentes) recebeu 500 votos e a chapa 3 (Articulação/CUT) obteve 2270 votos. Foram contabilizados ainda 52 votos em branco e 125 nulos, totalizando um comparecimento de 5858 servidores às urnas.

Para os servidores do Judiciário, esta eleição é importante. Além do fortalecimento da luta do funcionalismo, a vitória fortalece a luta dos trabalhadores como um todo. A Chapa 1 elegeu-se com a tarefa de defender a categoria contra os ataques do governo Lula, que atingem todos os servidores.A chapa 1 é contra os projetos de lei que retiram direitos e defende a jornada de trinta horas, que já é feita pela categoria, e incorporações de gratificações aos salários. Em tempos de crise econômica, cujas conseqüências recaem sobre os trabalhadores, uma direção combativa ter sido eleita para a direção do Sinsprev é uma boa notícia.

## Teatro

# Foices, Facões, Fuzis

*Peça teatral trata do drama humano na luta social*

Desde o dia 18 a Cooperativa Paulista de Teatro apresenta a adaptação de "Os Fuzis da Senhora Carrar", do alemão Bertold Brecht. O texto foi adaptado para falar dos dramas vividos por uma agricultora no interior de São Paulo, cujo filho está prestes a aderir ao movimento dos sem-terra.

Originalmente, o drama de Brecht trata das contradições vividas pela mãe Carrar na Guerra Civil Espanhola, quando seu filho se preparava para alistar-se nas forças republicanas e combater o fascismo.

### SOBRE A PEÇA

Batizada Foices, Facões, Fuzis, a adaptação trata dos conflitos humanos na luta pela posse da terra. Embora os cenários sejam diferentes, as esferas de escolhas são bastante semelhantes.

### FICHA TÉCNICA

Texto e direção de
Maria Cecília Garcia

Teatro X (da Cooperativa Paulista de Teatro)
Rua Rui Barbosa, 399
Bela Vista - São Paulo
Até 31 de maio
Aos sábados, às 21h,
e domingos, às 20h

### INGRESSOS

R$20, servidores sindicalizados pagam meia.




## Lançamento

# Servidor do TRT-2 lança romance

*Terceiro romance de Nicodemos Sena tem a Amazônia como ambiente*

O servidor do TRT-2, Nicodemos Sena, lançará o seu novo romance "A Mulher, o Homem e o Cão" (Ed. LetraSelvagem). O lançamento será no dia 20 de maio, quarta-feira, às 19 horas, na Casa das Rosas, Av. Paulista 37, próximo ao Metrô Brigadeiro.

Nicodemos Sena estreou na literatura em 1999, com o romance "A Espera do Nunca Mais" e recebeu o Prêmio Lima Barreto/Brasil 500 Anos, concedido pela União Brasileira de Escritores. Em 2003 publicou "A Noite é dos Pássaros" que ganhou o Prêmio Lúcio Cardoso, da Academia Mineira de Letras e Menção Honrosa no Prêmio José Lins do Rego.

Como nos anteriores, "A Mulher, o Homem e o Cão" é ambientado na Amazônia, onde nasceu o escritor. O ponto alto do livro são os diálogos entre uma mulher e o diabo que tenta seduzi-la. O autor diz que a história parece absurda, mas é muito "real", pois a ouviu de sua avó Guida, que a teria protagonizado.

# NOTAS

### Ação reivindica adicional para servidores do almoxarifado do TRE

Os servidores que trabalham ou trabalharam no almoxarifado do TRE, na Al. Nothmann, desde setembro de 2003, podem participar da ação que vai cobrar o pagamento de adicional de periculosidade. O adicional lhes é devido, conforme constatação de laudo pericial. Para isso, é necessário enviar a autorização ao departamento Jurídico do Sintrajud, que está disponível em www.sintrajud.org.br. Associados ao Sindicato podem entrar com a ação sem qualquer custo.

### Votação para o nome do jornal encerra-se no dia 15

As quatro sugestões enviadas por servidores para o nome do jornal estão disponibilizadas para votação em www.sintrajud.org.br. Os leitores podem votar em uma das opções, no entanto serão contabilizados os votos apenas dos associados ao Sintrajud. São eles que mantêm o jornal vivo. A equipe técnica do nosso portal desenvolveu um sistema em que no momento da votação é pedido o nome e o número de identidade. A votação termina no dia 15, sexta-feira, se você ainda não votou, corra e ajude a escolher o nome do seu jornal!

## Orçamento

# Estudo revela cortes no orçamento do TRE

*Neste ano o orçamento do TRE-SP teve queda de R$ 23, 3 milhões em relação a 2008*

**Liquidado em 2008** **R$ 342***

**Previsto para 2009** **R$ 316***

* Valores em milhões de reais.

Dando continuidade a série de matérias sobre os orçamentos dos tribunais, estudo do departamento Econômico do Sintrajud revela que no ano passado foram liquidados R$ 384,9 milhões no TRE e para 2009 estão previstos R$ 361,5 milhões.

Os Benefícios Sociais – assistência médica, auxílios creche, transporte e alimentação – sofreram um corte de R$ 88 mil - de R$ 22,7 milhões para R$ 22,6 milhões. A assistência médica e odontológica teve redução de 6,44% e o auxílio transporte de 0,78%. Em outras áreas também houve diminuição da dotação para as despesas com pessoal e encargos sociais de 7,69%.

Uma das poucas áreas que teve aumento foi a Capacitação de Recursos Humanos, com dotação 45,69% maior, passando de R$ 897 mil liquidados para R$ 1,3 milhão autorizado em 2009.

Por outro lado, o Tribunal Superior Eleitoral aumentou a sua dotação para as Despesas de Pessoal e Encargos em 151,02%, de R$ 269 milhões em 2008 para 676 milhões neste ano.

Esse quadro de déficit orçamentário no começo dos exercícios dos tribunais da JE vêm se repetindo nos últimos anos, segundo o economista Washington Lima, coordenador do departamento Econômico do Sintrajud. Isso gera uma situação constrangedora aos TREs, pois, de acordo com Washington, "durante o ano os tribunais têm que solicitar reforço de dotações ao TSE".

"Isso confere imenso poder ao TSE, pois como não há regras claras para os remanejamentos das sobras de dotação, que estão sob seu controle, os valores aos estados podem favorecer um Tribunal em detrimento de outro", afirma Washington.

Para o economista, mesmo durante a execução orçamentária é possível realizar remanejamentos, "principalmente para o pagamento de passivos devidos aos servidores, com a vinda de créditos suplementares, desde que solicitados pelo TRE".

Vale lembrar que no começo de abril, em reposta à solicitação do Sintrajud sobre o pagamento dos passivos dos juros dos 11,98% a aposentados e pensionistas do TRE em 2008 e 2009, o tribunal afirmou: "As referidas quitações dependem de disponibilização de recursos orçamentários pelo Conselho do TSE, o que normalmente ocorre ao final de cada exercício financeiro".

Ainda, segundo o economista, "não é necessário esperar o final do exercício para o pagamento dos passivos, pois já se sabe que há um imenso saldo no TSE, que deve ser distribuído aos tribunais nos estados, como vem ocorrendo nos últimos anos, mesmo se inicialmente exista uma diminuição na dotação orçamentária. É muito importante a pressão dos servidores para que a sobra seja destinada para os passivos ou para que não seja perdida como muitas vezes acontece".

## Reestatização

# Livro explica por que a Embraer deve ser reestatizada

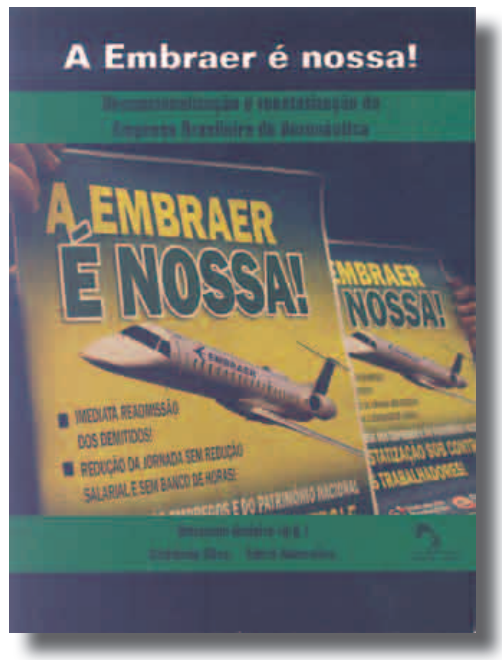
*Interessados podem entrar em contato com o Sintrajud e adquirir o livro a preço de custo (R$ 2,00 cada) pelo telefone (11) 3222-5833 (falar com Carla ou Juliana)*

Em fevereiro deste ano a Embraer demitiu 4.273 pessoas, o equivalente a 20% de todos os seus funcionários. A crise econômica foi a justificativa usada pela direção da empresa para explicar as demissões. No entanto, números fornecidos por relatórios da própria empresa mostram que na verdade a crise foi usada como uma oportunidade para a empresa cortar postos de trabalho, produzir mais aviões com menos funcionários e, assim, lucrar mais facilmente.

Esse projeto da direção da Embraer é revelado no livreto "A Embraer é nossa – desnacionalização e reestatização da Empresa Brasileira de Aeronáutica", organizado por Nazareno Godeiro. A publicação mostra que a empresa não precisava ter tomado essa medida.

A empresa teve uma diminuição de seu lucro líquido em 2008, porém não foi resultado de baixa produtividade ou falta de vendas. Os executivos da empresa perderam R$ 188 milhões na especulação com moeda estrangeira no sistema financeiro. O interessante é que esse valor representa o custo anual aproximado dos 4.270 demitidos. Além disso, a empresa deverá produzir neste ano 38 aviões a mais do que em 2008, mas com menos 20% dos funcionários.

O livro destaca muitos outros pontos que levam a crer que a direção da empresa está sendo oportunista e, ao cortar postos de trabalho altamente qualificados, inicia a destruição da própria empresa, que é estratégica para o Brasil. "Primeiro, a empresa se tornará subsidiária de uma das duas grandes (Boeing e Airbus); depois, será progressivamente fechada. Seus excelentes engenheiros e técnicos se dispersarão pelo mundo; seus operários (e suas famílias) sofrerão as agruras do desemprego; a memória técnica da empresa será perdida; e a demanda mundial pelo tipo de aviões que a Embraer fabrica acabará sendo atendida pela nossa atual competidora: a canadense Bombardier ou alguma outra que os dois maiores criarem", alerta Plínio de Arruda Sampaio, que escreveu a apresentação do livro. Os argumentos para a campanha pela reestatização da Embraer estão lançados.




## Empregos e direitos

# Conlutas lança abaixo-assinado contra a crise

*O objetivo é pressionar para que o governo garanta a estabilidade no emprego*

Nesta semana a Conlutas inicia um abaixo-assinado dirigido ao Presidente Lula e ao Congresso Nacional exigindo medidas que protejam os trabalhadores contra os efeitos da crise econômica. As assinaturas serão entregues em Brasília numa manifestação no segundo semestre deste ano. De acordo com a coordenação da entidade, o abaixo assinado ajudará a pressionar o governo para que ele edite uma MP que garanta a estabilidade no emprego.

O abaixo-assinado também exigirá a redução da jornada de trabalho, sem redução de salário e direitos; atendimento das reivindicações dos aposentados (recomposição do valor dos benefícios e fim do fator previdenciário); respeito aos acordos feitos com os servidores federais e a reestatização da Embraer, Vale e CSN, com a reintegração de todos os demitidos por essas empresas.

Segundo Atnágoras Lopes, da Secretaria Executiva Nacional, da Conlutas, o abaixo-assinado será importante para começar a preparar os trabalhadores para outras manifestações contra a crise econômica, "como um dia nacional de paralisações, semelhante ao que aconteceu recentemente na França".

Jornal do Judiciário
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

**DIRETORIA:** Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cláudio Soares Correa; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Luis Fernando Pasin; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

**Sede:** Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos@uol.com.br - tel. (13) 32383807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 **Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho **Diagramador:** Gustavo Ferreira **Tiragem:** 13.000